

## OS NOMES DA LÍNGUA DO BRASIL NO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA QUESTÃO POLÍTICA<sup>1</sup>

*José Simão da SILVA SOBRINHO*

**Resumo:** Neste artigo, analisamos, na perspectiva da História das Idéias Lingüísticas, associada à Análise de Discurso, os efeitos de sentidos produzidos pelos modos como a língua nacional do Brasil é designada no Museu da Língua Portuguesa. Para compreender esses efeitos de sentidos, expusemos as designações para a língua nacional do Brasil em funcionamento no referido museu ao não-dito, ao silêncio que as constitui. São estas as designações analisadas: “Língua Portuguesa” e “Português”. Em alguns enunciados, elas são saturadas por “do Brasil” e “brasileiro”, respectivamente. Apesar dessa especificação, estamos compreendendo, até este momento, que o museu (re)produz a unidade imaginária da Língua Portuguesa. A designação da língua nacional do Brasil como Língua Portuguesa está sujeita a ambigüidades, equívocos, contradições. Há um jogo na referencialidade desse nome: ele refere tanto a identidade lingüística do Brasil quanto a língua da colonização. O processo de designação observado (re)produz a unidade imaginária da língua e do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, a unidade imaginária da lusofonia.

**Palavras-chave:** Políticas Lingüísticas, Língua Brasileira, Museu da Língua Portuguesa.

**Abstract:** *In this article, it is analyzed, through the perspective of the History of the Linguistic Ideas, associated with Discourse Analysis, the effects of sense produced by the ways in which the National language of Brazil is designated in the Museum of Portuguese Language. To understand these effects of sense, it is set out the designations for the national language of Brazil that are in operation in that museum, referring to what was not spoken, to the silence that constitutes them. The designations analysed are: “Portuguese Language” and “Portuguese”. In some statements, they are saturated by “from Brazil” and “Brazilian”, respectively. Although this specification, we understand, up to this moment, that the museum (re)produces the imaginary unit of the Portuguese Language. The designation of the national language of Brazil as Portuguese is subject to ambiguities, equivocations, contradictions. There is a wordplay on the referentiality of the name: it refers both to*

---

<sup>1</sup> Este artigo traz alguns resultados do Projeto de Pesquisa “A língua é o que nos une: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa”, redigidos em 2009, com financiamento da FAPESP.

<sup>2</sup> Doutorando em Lingüística no IEL-UNICAMP sob orientação da Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. E-mail para contato: jose-simao@uol.com.br.

*the linguistic identity of Brazil as to the language of colonization. The designation process observed (re) produces the imaginary unity of language and of the Brazilian State and, at the same time, the imaginary unit of lusofonia.*

**Keywords:** *Linguistics Policies, Brazilian Language, Museum of Portuguese Language.*

## INTRODUÇÃO

Em nossa pesquisa de doutoramento, investigamos os efeitos de sentidos do Museu da Língua Portuguesa, por uma análise de seu funcionamento discursivo. Consideramos, nessa investigação, as relações que esse museu mantém com a história da Língua Portuguesa, da produção brasileira de conhecimento lingüístico, da instituição museu e do processo de formação política e social do Brasil com suas políticas públicas.

No recorte que fizemos para este artigo, analisamos os efeitos de sentidos produzidos pelos modos como a língua nacional do Brasil é designada. Começamos pela análise do enunciado que designa a instituição: “Museu da Língua Portuguesa”. Metodologicamente, refletimos sobre esse enunciado considerando o jogo entre o dito e o não-dito. Pelo modo como designa a língua do Brasil – “Língua Portuguesa” – esse enunciado está sujeito ao equívoco, à ambigüidade, à contradição, como se verá.

As designações “Língua Portuguesa” e “Português”, as duas designações em funcionamento no museu, são saturadas ou determinadas discursivamente: “Língua Portuguesa *do Brasil*”, “Português *do Brasil*” e “Português *Brasileiro*”. Apesar desse processo de determinação que especifica o nome, as designações “Língua Portuguesa” e “Português” produzem um efeito de unidade lingüística Brasil-Portugal. Há uma identificação com Portugal, pelo modo como a palavra “língua” é saturada – ela é “portuguesa”. A referência para a língua do Brasil, nessa designação, é a língua da colonização, com sua tradição de escrita e memória.

## I. FILIAÇÕES DE SENTIDOS NA DESIGNAÇÃO DO MUSEU

Para a compreensão dos efeitos de sentidos do enunciado “Museu da Língua Portuguesa”, expomos esse enunciado, como já dissemos, ao jogo entre o dito e o não-dito constitutivo de seu processo de enunciação. Em outros termos, como procedimento analítico, buscamos expor o enunciado em questão ao silêncio que o constitui.

Como formula Orlandi (1992), há o silêncio fundador, princípio de toda significação, e há o silêncio constitutivo: “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada” (ibidem, p. 73). Assim, temos:

- (1) Museu da Língua Portuguesa
- (2) Museu das Línguas Portuguesas
- (3) Museu da Língua Brasileira

onde os sentidos de (1) e (2) silenciam necessariamente os sentidos de (3). Esse último enunciado é o que é preciso não dizer para poder dizer (1) e (2). Há, portanto, inscrita na designação “Museu da Língua Portuguesa” uma política do silêncio, que procuramos compreender.

Nos processos de significação de (1), (2) e (3), há deslizos, deslocamentos e transferências de sentidos. Cada um desses enunciados significa numa relação de sentidos com os demais que não são ditos. A esse jogo dos sentidos característico do funcionamento das línguas Pêcheux ([1969] 1997a)<sup>3</sup> chamou de “efeito metafórico”.

Chega-se, por essa noção, à materialidade da língua, que consiste no fato de que “toda língua está necessariamente em relação com o ‘não-está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 8). O efeito metafórico é, assim, o lugar da relação da língua com a história constituindo sentidos e sujeitos (Orlandi, 1999).

<sup>3</sup> A data entre colchetes é a da primeira edição da obra; a outra data é a da edição consultada.

Por essa via teórico-metodológica, observando os deslizos de sentidos produzidos pela substituição contextual dos determinantes (portuguesa - portuguesas - brasileira), depreendem-se os seguintes efeitos de sentidos: em (1), que há uma única e mesma Língua Portuguesa, idêntica a si mesma quer seja falada na América, na Europa, na África ou na Ásia; em (2), que há variações da Língua Portuguesa (mantém-se, contudo, a unidade imaginária da língua pelo modo como ela é designada); em (3), que a língua praticada no Brasil não é portuguesa, é brasileira.

Como se pode observar, os enunciados (1), (2) e (3) estão materialmente ligados, mas representam diferentes posições discursivas produzidas na história do conhecimento lingüístico que nos constitui como brasileiros.

Orlandi (2002) fala em duas situações enunciativas que constituem o nosso saber sobre a Língua Portuguesa. Na situação enunciativa I, o colonizador português reconheceu e nomeou as coisas, seres e acontecimentos da colônia a partir de elementos deslocados de sua memória lingüística. Nos primeiros momentos da presença dos portugueses no Brasil, a questão era como nomear o novo mundo (relação palavra/coisa), o que já produzia deslocamentos na memória lingüística portuguesa.

Aos poucos, essa questão cedeu lugar a outra: no Brasil se nomeia de uma forma e em Portugal de outra (relação palavra/palavra). Como diz Orlandi (ibidem, p. 29), “a construção discursiva do referente cede lugar à distinção, à classificação”. A diferença entre o Brasil e Portugal foi se tornando cada vez mais uma diferença de língua.

Nenhuma língua é indiferente às condições materiais em que funciona. Desse modo, a transferência da Língua Portuguesa para o Brasil produziu o que Orlandi (1990) chama de “acontecimento lingüístico”, lembrando que o acontecimento é o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, [1983] 1997b, p. 17), lugar de deslizos, de deslocamentos, de transferências de sentidos.

Em face de materialidades discursivas diferentes, o funcionamento da Língua Portuguesa deste lado do Atlântico produziu

efeitos de sentidos também diferentes, que constituíram, aos poucos, uma memória discursiva distinta da portuguesa. Como analisa Orlandi (1993), produziu-se uma “disjunção” na história da Língua Portuguesa. A língua transferida para o Brasil mudou, tornou-se numa língua diferente da língua da colonização.

Na situação enunciativa I, o discurso da colonização significou como erro essas diferenças que se foram produzindo historicamente entre a Língua Portuguesa gramatizada<sup>4</sup> por Portugal e a Língua Portuguesa em funcionamento no Brasil. Na posição do colonizador, a Língua Portuguesa de Portugal significava civilização (em oposição à barbárie das línguas dos povos conquistados) e, como língua instituída da nação portuguesa, devia ser falada por todos nas colônias.

Negando o processo de historicização da língua da colonização, o conhecimento produzido sobre a Língua Portuguesa, nas gramáticas e dicionários, universalizou a Língua Portuguesa gramatizada por Portugal como norma a ser seguida na metrópole e no Brasil. Os estudos sobre essa língua realizados no Brasil se subordinaram à apropriação do Brasil por Portugal, como aponta Orlandi (2000). Com raras exceções, somente a partir do século XIX, quando se estabeleceu a situação enunciativa II, os estudos sobre a Língua Portuguesa feitos no Brasil tornaram-se questão brasileira.

A situação enunciativa II transferiu a unidade imaginária e a universalidade para a Língua Portuguesa em funcionamento no Brasil. Nessa situação enunciativa, a diversidade passou a referir ora a Língua Portuguesa de Portugal, ora as diferenças lingüísticas produzidas pelos modos como a Língua Portuguesa se reterritorializou no Brasil.

As mudanças políticas ocorridas no Brasil, na primeira metade do século XIX, criaram as condições para a produção de um saber sobre a Língua Portuguesa a partir de uma posição-sujeito gramático brasileiro, definida como “lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um

---

<sup>4</sup> Auroux (1992, p. 65) define a gramatização como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”.

gesto de *apropriação* (autoria) dessa língua” (ibidem, p. 28). A partir desse momento, colocou-se para nossos gramáticos e lexicógrafos, com mais sistematicidade, não só a questão da Língua Portuguesa, mas a questão da Língua Portuguesa em funcionamento no Brasil.

O processo brasileiro de gramatização da Língua Portuguesa que então se desenvolveu caracterizou-se pela articulação estreita com o processo de construção da nação brasileira, de formação da identidade nacional, de construção da língua nacional, resultando na constituição de um sujeito nacional brasileiro, de um cidadão brasileiro com sua língua própria, língua que ganhou visibilidade na gramática e no dicionário.

Observando os deslizos de sentidos produzidos pela substituição dos determinantes (portuguesa – portuguesas – brasileira), pode-se afirmar que os enunciados (2) e (3) até seriam possíveis de dizer, mas não seriam desejáveis na situação enunciativa I. Como a situação enunciativa I corresponde à posição discursiva do português colonizador, esses enunciados seriam possíveis de dizer apenas significando como corrupção, desvio ou erro as diferenças que se foram produzindo na Língua Portuguesa deste lado do Atlântico, desde o começo da colonização.

A situação enunciativa I conformou sentidos para a Língua Brasileira que ressoam na situação enunciativa II, produzindo o equívoco, a ambigüidade, a contradição. Lima Sobrinho ([1958] 2000), por exemplo, defende que não existe uma Língua Portuguesa brasileira. As diferenças entre a Língua Portuguesa daqui e d’além-mar são designadas pelo autor como “regionalismos”, “dialetos”, “linguajares”, “falares”, “provincianismos” etc. Apesar das diferenças, argumenta ele, falamos todos a mesma língua de Camões.

Para o autor, “há fenômenos de dialeção, mas não existe unidade e generalidade e extensão suficiente nesses fenômenos, para que possam constituir um novo idioma” (ibidem, p. 85). Diante disso, ele defende uma “política de unidade”. Essa é, pensamos, a posição-sujeito relativa a (2).

Note-se que, embora Lima Sobrinho se inscreva, por filiações de sentidos, na discursividade constituída pela situação

enunciativa I, há nele um deslocamento, um deslizamento de sentidos. As diferenças não são descritas ou explicadas como erro, ou desvio, ou corrupção da língua, sentidos interditados pela situação enunciativa II, mas como variações que não correspondem, contudo, a uma mudança lingüística.

As posições enunciativas (1) e (2) se aproximam, portanto, pelo fato de produzirem discursivamente um efeito de continuidade na descontinuidade da língua. Elas possuem, nesse aspecto, filiações de sentidos com o discurso da lusofonia, que se sustenta no imaginário do “suposto peculiar *modo português de estar no mundo*”, imaginário que, como analisa Thomaz (2007, p. 50), remonta às décadas de 1930 e 1940.

Esse discurso que cria um imaginário mundo português unido pela língua foi produzido, com mais insistência, no governo de Salazar, a partir da segunda metade da década de 1950, quando intelectuais portugueses e brasileiros passaram a formular em termos teóricos “a existência de um *mundo português em diferentes territórios tropicais*” (ibidem, p. 50).

As posições discursivas de (1) e (2) afirmam essa unidade imaginária da lusofonia. Com isso, apagam o “processo de descolonização lingüística” (Orlandi, 2007) afirmado por (3), processo que teve início no começo da colonização e que passou a ser interpretado como fato de linguagem a partir da segunda metade do século XIX, quando começou, de forma mais regular, a gramatização brasileira da Língua Portuguesa.

Não se trata, aqui, de assumir a posição sustentada pelos estudos pós-coloniais. Diferentemente desses, entendemos que a descolonização não diz respeito apenas à situação das ex-colônias após o colonialismo. Em outros termos, colonização e descolonização não designam um antes e um depois da independência.

A colonização lingüística foi, como assinala Mariani (2004), um dos elementos centrais do projeto colonizador de Portugal no Brasil. O governo português impôs sua língua, com sua memória, aos povos conquistados do Brasil como forma de manter a dominação.

Não se pode deixar de observar, porém, que a colonização lingüística não foi um ritual sem falhas. Como dissemos anteriormente, posta em funcionamento sob diferentes condições de produção, a Língua Portuguesa trazida pelo colonizador se reterritorializou instaurando novos modos de significar. Produziu-se, à época da colonização, uma clivagem na história da Língua Portuguesa (Orlandi, 1993).

Pela análise feita até aqui, nota-se que as posições discursivas dos enunciados (1), (2) e (3) estabelecem diferentes relações de sentido com a história da colonização. Em (1) e (2) a história da colonização ressoa<sup>5</sup> produzindo um duplo e contraditório efeito de unidade da Língua Portuguesa.

Pode-se afirmar que a designação de nossa língua nacional como Língua Portuguesa, tal como ocorre nos enunciados (1) e (2), está sujeita a ambigüidades, equívocos, contradições. Há um jogo na referencialidade desse nome: ele refere tanto a unidade lingüística do Brasil quanto a unidade da língua da colonização. Ele refere a unidade imaginária da língua e do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, a unidade imaginária da lusofonia, que apaga as descontinuidades na história da Língua Portuguesa, descontinuidades que produziram diferentes “sítios de interpretação” (Orlandi, 1990).

Está aí a heterogeneidade da língua transferida para o Brasil. Como assinala Orlandi (2002, p. 23), “joga em ‘nossa’ língua um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga, no entanto, um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’: o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são”. A designação da língua do Brasil como Língua Portuguesa (“Museu da Língua Portuguesa”) inscreve o museu nesse jogo.

---

<sup>5</sup> Utilizamos, aqui, a noção de “ressonância” tal como a desenvolve Serrani (1997), que recusa a noção de paráfrase como mera reformulação. Assumindo uma concepção não-binária do fenômeno parafrástico, a autora afirma que “há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância – interdiscursiva – de significação [...] Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua” (ibidem, 47).

## 2. AS DESIGNAÇÕES DA LÍNGUA NO MUSEU

Qual deve ser, afinal, o nome da língua nacional brasileira? Essa é uma questão que se colocou em diferentes momentos e de diferentes modos no processo de institucionalização da língua nacional do Brasil e na história de nosso conhecimento lingüístico. Trata-se de uma questão polêmica porque interroga qual é a língua do povo brasileiro, porque interroga, enfim, a própria brasilidade.

Como se sabe, a instituição da língua nacional brasileira remonta ao século XIX, quando as diferenças entre a Língua Portuguesa gramatizada por Portugal e a língua historicizada no Brasil começaram a ganhar visibilidade com mais sistematicidade. A formulação dessas diferenças em termos teórico-descritivos sustentou as polêmicas sobre a identidade da língua no Brasil.

Lembramos, aqui, Júlio Ribeiro, o primeiro de nossos gramáticos a propor, em oposição à metafísica de Jerônimo Soares Barbosa, a concepção de gramática como exposição de fatos da linguagem. Para ele, a gramática não cria as leis e regras da linguagem, ela os expõe. Essa proposta de Júlio Ribeiro ressoou no trabalho de vários outros gramáticos brasileiros que, atentos aos fatos de linguagem, deram visibilidade às diferenças de nossa língua.

Analisando a relação entre unidade e diversidade lingüística na Europa do leste, Sériot (1996, p. 300) afirma que lá há casos em que “a diferença entre o mesmo e o outro pode, assim, ser mais uma questão de *construção discursiva* do que de observação” (grifo do autor). No Brasil, ao contrário, a diferença entre o Português do Brasil e o de Portugal é um fato de linguagem, para o qual a teoria gramatical de Júlio Ribeiro apontou.

Nos debates do século XIX, duas posições discursivas se destacaram: a dos separatistas, que ressaltaram as diferenças lingüísticas entre o Brasil e Portugal, e a dos legitimistas, que apequenaram essas diferenças em defesa da vernaculidade. Analisando essa polêmica, Albuquerque e Cox (1997) assinalam

que os debates convergiram para a questão da construção da nação brasileira. Segundo elas, “o binômio povo independente / língua independente está no centro das controvérsias” (*ibidem*, p. 56). Os separatistas, por exemplo, argumentavam que “um povo que fala uma língua emprestada tem a alma vampirizada, e não tem o direito, portanto, de se apresentar como um povo independente” (*ibidem*, p. 56-57).

Somente nas décadas de 1930 e 1940, porém, de acordo com Dias (2001), se intensificaram as discussões em torno da designação da língua nacional do Brasil. Nessas discussões, duas posições discursivas antagônicas se constituíram: uma que defendeu a designação Língua Brasileira e outra que defendeu a designação Língua Portuguesa.

A primeira posição discursiva, a que defendeu a designação Língua Brasileira, via nesse nome “a expressão da própria natureza do País” (*ibidem*, p. 195), ou seja, para essa posição, “a língua que falamos deveria ter o nome de língua brasileira, uma vez que ela se molda pela imagem da natureza que identifica o espaço geográfico brasileiro” (*ibidem*, p. 196). A referência para a Língua Brasileira era, pois, como analisa o autor, a “fala naturalizada” do brasileiro. Buscava-se com o nome Língua Brasileira, “a unidade de todos os brasileiros, capaz de sustentar uma identidade própria, estabelecendo a língua falada pelos portugueses como a ‘língua outra’” (*ibidem*, p. 196).

A segunda posição discursiva era contrária aos projetos de mudança do nome da língua nacional do Brasil, porque entendia que, com a mudança do nome, mudava-se a referência da língua. A designação Língua Portuguesa tinha como referência os discursos da elite letrada (orações, literatura etc). Já a designação Língua Brasileira, para essa posição discursiva, configuraria “uma identidade para a nação a partir de um domínio de língua relativamente a ‘povo ignaro’, ‘poviléu’, ‘cozinheira’, ‘caipira’ etc” (*ibidem*, p. 195). Dessa forma, o nome Língua Portuguesa deveria continuar, “porque se adequaria a toda uma tradição de escrita cultivada pelos grandes nomes da literatura brasileira” (*ibidem*, p. 195).

Concebendo a língua a partir da tradição escrita, a segunda posição discursiva via na mudança de nome da língua um atentado a essa tradição. A mudança elevaria “ao status de língua nacional uma modalidade de língua falada por quem não tem o suporte da escrita, capaz de tornar a língua visível para os aparelhos institucionais” (*ibidem*, 196).

Nessas posições discursivas identificadas por Dias (2001), pode-se observar o trabalho de memórias discursivas que significam de formas distintas o que é língua, o que é nação e a relação entre língua, sujeito, nação e Estado.

É preciso frisar que os modos como significamos e praticamos essas relações não se reduzem à mera aplicação de teorias sobre a nação, a unidade, a língua e a cultura produzidas na Europa, sob condições de produção diferentes das nossas. Teorias como a da nação política e a da nação étnica foram desenvolvidas da perspectiva de quem não tem uma história de colonização como nós temos, e isso muda o sentido da unidade e da discussão sobre a língua nacional. No Brasil, a questão da unidade colocou-nos, por um lado, em face da língua do colonizador, por outro, em face das línguas indígenas, africanas e de imigração, o que não ocorreu com aqueles que produziram tais teorias.

Não há, portanto, que falar de “influência” das teorias estrangeiras no modo como nos significamos como nação ou na maneira como constituímos o saber sobre nossa língua nacional. Sob condições de produção diferentes, ocorrem relações de sentidos, processos de re-significação. Há que se falar em filiações de sentidos, que não são nunca unívocas. E isso, justamente, produz contradições no nacionalismo brasileiro. As filiações de sentidos dão lugar aos deslizos, aos deslocamentos, às transferências de sentidos.

Significada em complexas relações de sentidos, a questão em torno do nome da língua foi juridicamente resolvida por meio do texto constitucional de 1946, o qual afirmou que a língua nacional brasileira é a “Língua Portuguesa”. A dominância, no Brasil, de uma concepção de língua atrelada à escrita e entendida como meio

político de unificação nacional resultou no silenciamento das línguas indígenas, das línguas africanas e das línguas de imigração.

Outra conseqüência foi apontada por Dias (1996), para quem, nas polêmicas sobre o nome da língua, discutiu-se, na verdade, quem seria a referência para a categoria de cidadão da nação brasileira: o “povilêu” da “fala naturalizada” ou a elite letrada.

Pela forma como ficou resolvida a questão da língua no Brasil, “o brasileiro, enquanto sujeito que se utiliza da língua falada no país, só é percebido como cidadão tendo como referência o percurso da escrita” (ibidem, p. 82). Dessa forma, “aqueles que não dominam a escrita ficam alijados da categoria de cidadão” (ibidem, p. 82). Os excluídos “podem até pertencer à ‘coletividade’, mas o discurso predominante os apaga como membros históricos da nação” (ibidem, p. 74).

Cabe, aqui, uma pergunta: o que produz, em nossa história política e social, a necessidade desses sentidos para a nação, a língua e a relação entre língua e nação? Essa é uma questão complexa. Limitamo-nos a dizer, apenas, que ressoam sentidos da colonização nos modos como nos constituímos como nação, nas formas como (nos) significamos e em como produzimos conhecimento lingüístico. A relação de colonização produz, ainda hoje, sujeitos e sentidos. E ciência.

É interessante de se notar como isso ocorre no Museu da Língua Portuguesa, pelo modo como ele designa a língua da colonização historicizada no Brasil:

- (4) “Língua Portuguesa”
- (5) “Língua Portuguesa do Brasil”
- (6) “Português do Brasil”
- (7) “Português Brasileiro”

Como analisamos anteriormente, a propósito da designação do museu, a designação da língua nacional do Brasil como “Língua Portuguesa” nega a existência de uma Língua Brasileira. Como diz Sériot (1996, p. 297), “rejeitar o nome da língua do outro equivale a rejeitar a existência mesma desta língua”. Parafraseando

o autor, diríamos que, como não existe língua sem falantes, rejeitar o nome Língua Brasileira corresponde a rejeitar a existência dos falantes dessa língua.

As designações “Língua Portuguesa” e “Português” produzem um efeito de unidade lingüística Brasil-Portugal. Há uma identificação com Portugal, pelo modo como a língua é adjetivada – “portuguesa”. A referência para a língua do Brasil é a língua da colonização, com sua tradição de escrita e memória.

É oportuno, nesse momento, fazer uma parada para dizer o que estamos entendendo por designação. Compreendemos a designação por uma perspectiva que a desloca da relação empirista palavra-coisa. No processo de designação não há uma relação direta entre palavras e coisas; há, sim, a produção discursiva dos referentes. Os referentes são, sob essa ótica, pontos de estabilização de processos discursivos. Desse modo, a referencialidade é, como propõe Henry (1975), um efeito de sentido.

Definindo assim o que compreendemos por designação, chamamos a atenção para o fato de que, à exceção da designação (1), todas as demais têm o nome “Língua Portuguesa” ou “Português” saturado por um determinante, um adjetivo ou uma locução adjetiva: “brasileiro” ou “do Brasil”.

Do mesmo modo, a designação da língua de Portugal em funcionamento nos recortes discursivos analisados é saturada por determinantes que produzem um efeito de distribuição espacial da língua (“na Europa”, “de Portugal”, “Europeu”):

- (8) “história da língua portuguesa na Europa”
- (9) “algumas diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal”
- (10) “Português Europeu”

As saturações ou determinações observadas no recorte discursivo (“do Brasil”/“de Portugal”, “brasileiro”/“europeu”, “na Europa”/na América) circunscrevem espacialmente a Língua Portuguesa, produzindo um efeito de unidade da língua nacional do Brasil.

A operação de saturação ou determinação discursiva atualiza a referência de um nome tornando possível que ele seja dito numa dada formação discursiva. Essa operação conforma a referência de um nome a uma dada situação discursiva. No caso, conforma a referência do nome “Língua Portuguesa”, língua da colonização, à situação discursiva de constituição da nação brasileira. Essa atualização da referência do nome faz do processo de designação um lugar de equívocos, um espaço de contradições – a língua é uma (portuguesa) e é outra (do Brasil, de Portugal).

Orlandi (1997) analisa o jogo enunciativo “Língua Portuguesa *do* Brasil” / “Língua Portuguesa *no* Brasil”. Para a autora, esse jogo enunciativo representa um importante acontecimento discursivo na história do Brasil. Até o começo do século XIX, a produção de conhecimento sobre a língua transferida para o Brasil esteve subordinada a Portugal. Na segunda metade do século XIX, o gramático brasileiro teve seu saber sobre essa língua legitimado. Ele tornou-se a autoridade em termos de língua. A partir desse deslocamento da autoria de Portugal para o Brasil é que fez sentido dizer “Língua Portuguesa *do* Brasil”, pois esse acontecimento colocou em disputa a pertinência da Língua Portuguesa ao Brasil.

No século XX, a unidade do Estado brasileiro e de sua língua já estava materializada em várias instâncias institucionais (escolas, gramáticas, dicionários, etc.). As garantias da pertinência da língua ao Brasil passaram a ser dadas pela existência do Estado. Nesse contexto, como diz Orlandi (*ibidem*, p. 4), “a especificação é só a localização de uma história particular: ‘Língua Portuguesa no Brasil’”.

No Museu da Língua Portuguesa, como se viu acima, não aparece a determinação pelo sintagma “*no* Brasil”, há apenas a ocorrência dos determinantes “*do* Brasil” e “Brasileiro”. Como compreender essa afirmação da pertinência da Língua Portuguesa ao Brasil neste momento de nossa história quando o Estado brasileiro e sua língua já estão estabelecidos, institucionalizados? Não se põe mais em questão se o Estado brasileiro tem uma língua que lhe é própria. Essa questão foi

posta para nossos gramáticos no final do século XIX. E, por seu trabalho, eles deram visibilidade à língua *do* Brasil, afirmando as diferenças produzidas no longo processo de descolonização lingüística iniciado lá no “descobrimento”.

Como já não é mais necessário afirmar a pertinência da Língua Portuguesa ao Brasil, pode-se depreender que o sintagma “*do* Brasil”, na designação “Língua Portuguesa *do* Brasil”, não significa hoje o que significou para nossos gramáticos no final do século XIX. Ele perdeu o sentido de luta pela língua. Não se trata, no museu, de afirmar o que é específico, o que singulariza e pode ser significado como mudança lingüística. A especificação é somente “a localização de uma história particular”, como assinalou Orlandi (1997, p. 4) a propósito do determinante “*no* Brasil” (“Língua Portuguesa no Brasil”).

No museu, trata-se de uma história particular de variações produzidas, de um lado, pelo contato da língua do colonizador português com as línguas indígenas, africanas e de imigração e, de outro, pelo surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação e pelo crescimento da urbanização e da escolarização. Na história da língua contada pelo museu, essas novas condições de produção teriam ocasionado apenas variações na Língua Portuguesa transferida para o Brasil. Falamos a mesma língua do colonizador, com variações, diz essa história. Nega-se, desse modo, o processo de descolonização lingüística.

Nisso, enxergamos filiações de sentidos entre o Museu da Língua Portuguesa e o discurso sobre a língua que se tornou dominante na história de nosso conhecimento lingüístico no século XX:

Quando, porém, uma língua é transplantada (como é o caso do português do Brasil) e passa a ser a língua oficial de um país independente, dá-se a situação de *duas* línguas distintas pelo critério funcional, mas de *uma só* língua pelo critério estrutural. Claro que, se não tiver havido sensíveis alterações, a língua continuará estritamente a mesma (é ainda o nosso caso em relação a Portugal). Nessa hipótese, o nome da língua não deverá mudar: portanto, a língua portuguesa é a língua oficial do Estado Brasileiro.” – grifos do autor (Elia, 1979, p. 163)

Para essa posição discursiva, da qual Elia é aqui apenas um representante, só faz sentido enunciar “Língua Portuguesa do Brasil” se com isso se quer dizer “língua oficial do Estado brasileiro”. Negam-se as diferenças de nossa língua, diferenças que os gramáticos da segunda metade do século XIX tanto se empenharam para legitimar.

A prática discursiva à qual o lingüista se filia, no recorte acima, produz um esquema conceitual que permite enunciar sobre as diferenças lingüísticas mantendo, contudo, o imaginário de unidade da Língua Portuguesa. Faz isso por meio da distinção entre o “critério funcional” e o “critério estrutural”.

O fato de a língua ser falada no Brasil ou em Portugal teria produzido apenas diferenças funcionais que não afetariam a estrutura da língua, que permaneceria a mesma aqui e lá. Segundo esse discurso sobre a língua, não há mudança, apenas variação lingüística. E isso funciona como argumento para a manutenção do nome da língua – “Língua Portuguesa”.

Terminamos essa seção trazendo Sériot (2001), que analisa a construção de fronteiras identitárias na Europa do Leste. Para o autor, uma nação não é um objeto natural, é, pelo contrário, uma categoria conceptual que existe, antes de tudo, no nome. O nome é, assim, “um objeto simbólico que dá existência a um grupo, cria uma descontinuidade numa continuidade” (*ibidem*, p. 16).

Nas práticas discursivas sobre a língua tomadas como observatório para compreender a constituição das nações da Europa do Leste, o autor nota que “discutir o nome de uma língua é o mesmo que discutir o nome de uma nação” (*ibidem*, p. 16). O nome funciona, segundo ele, agrupando ou separando, “é o nome que faz a fronteira” (*ibidem*, p. 16).

Em outro texto, Sériot (1996, p. 297) analisa que, diferentemente do que ocorre com o nome das árvores, por exemplo, “o nome da língua é um objeto de luta, um objeto simbólico extraordinário, capaz de fabricar uma ontologia”. Mais adiante, nesse mesmo texto, o autor assinala que, na Europa do Leste, “o nome das línguas introduz uma descontinuidade

e uma homogeneidade em uma realidade fundamentalmente heterogênea e contínua” (*ibidem*, p. 297).

No Brasil, os modos como a língua é designada no Museu da Língua Portuguesa introduzem, ao contrário, uma continuidade numa descontinuidade, uma homogeneidade numa realidade fundamentalmente heterogênea.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que aqui foi apresentado é apenas um recorte de nossa pesquisa sobre o funcionamento discursivo do Museu da Língua Portuguesa. No trabalho, ainda em andamento, analisamos outros efeitos de sentidos produzidos por esse museu.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. G.; COX, M. I. P. A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX. *Polifonia*, Cuiabá, n. 3, p. 31-59, 1997.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

DIAS, L. F. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, E. P. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. p. 185-198.

ELIA, S. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

HENRY, P. Constructions relatives et articulations discursives. *Langages*, Paris, n. 37, p. 81-98, março, 1975.

LIMA SOBRINHO, B. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 [1958].

MARIANI, B. S. C. *A colonização lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

- ORLANDI, E. P. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- ORLANDI, E. P. Língua Brasileira. *Anais da ABRALIN*, São Paulo, SBPC, p. 41-52, 1993.
- ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria. *Relatos*, Campinas, n. 4, p. 2-5, 1997.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, dezembro, 1999/junho, 2000.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. Processo de descolonização lingüística e “Lusofonia”. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 9-19, janeiro/junho, 2007.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, julho/dezembro, 1990 [1982].
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a [1969]. p. 61-161.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997b [1983].
- SÉRIOT, P. La linguistique spontanée des traceurs de frontières. *Cahiers de l'ILSL*, Lausanne, n. 8, p. 277-304, 1996.
- SÉRIOT, P. Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva. *Rua*, Campinas, n. 7, p. 11-20, 2001.

SERRANI, S. M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

THOMAZ, O. R. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.) *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 45-70.